



***VÍDEO MULHERES: UM ACONTECIMENTO PROBLEMATIZADO EM  
COTIDIANO EDUCATIVO***

***VÍDEO MUJERES: UN ACONTECIMIENTO PROBLEMATIZADO EN  
COTIDIANO EDUCATIVO***

***MULHERES (VIDEO): A PROBLEMATIZED EVENT IN EDUCATIONAL  
ROUTINES***

*Lisiane Goettems<sup>1</sup>*

*Maria Simone Vione Schwengber<sup>2</sup>*

**RESUMO**

Os cotidianos educativos possibilitam aos(às) sujeitos(as) experimentarem modos detalhados, dialogados de ser e estar no mundo. Nesses espaços-tempos, os acontecimentos envolvendo abordagens de gêneros encontram lócus de irrupção, deixando pistas para que pensemos sobre si e o Outro, em histórias plurais. O presente relato de experiências objetiva problematizar acerca dos processos de criação e socialização do vídeo *Mulheres* (2018), destinado a uma mobilização pedagógica com turmas do Ensino Superior. Recorre à metodologia S-IVAM, com aporte em Vilaça (2006), e segue as etapas de seleção, investigação e visões acerca do problema, elaboração da ação e das reflexões. A análise dos dados considera uma das nove narrativas que compõe a íntegra do audiovisual produzido, ancorada na categoria *palavras e escutas às mulheres*. Os resultados acenam importância aos acontecimentos de autoafirmação feminina, do direito a viver a palavra postada que diz de si mesma, de conquistar o lugar de fala como ato político.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acontecimentos. Autoafirmação. Direito de fala. Gêneros.

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, UNIJUI, Ijuí, RS, Brasil.

<sup>2</sup> Doutora, Docente na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil.

## RESUMEN

Los cotidianos educativos possibilitan a los(as) sujetos(as) experimentaren maneras detalladas, dialogadas de ser y estar en el mundo. En esos espacios-tiempos, los acontecimientos envolviendo enfoques de género encuentran locus de irrupción, pensando sobre si y el Otro, en historias plurales. El relato de experiencias problematiza los procesos de creación y socialización del vídeo *Mujeres* (2018), destinado para una movilización pedagógica con clases de enseñanza superior. Recurre a la metodología S-IVAM, con aporte en Vilaça (2006), y sigue las etapas de selección, investigación y visiones sobre el problema, elaboración de acción y de reflexiones. El análisis de los datos considera una de las nueve narrativas que compone la íntegra del audiovisual producido, ancorada en la categoría *palabras y escuchas a las mujeres*. Los resultados demuestran importancia a los acontecimientos de autoafirmación femenina, del derecho en vivir la palabra publicada de sí misma, de conquistar el lugar de habla como acto político.

**PALABRAS CLAVE:** Acontecimientos. Autoafirmación. Derecho de habla. Géneros.

## ABSTRACT

Educational routines enable subjects to experiment detailed, dialogic ways of being and being in the world. In these space-times, events involving genders' approaches find locus to irrupt, leaving clues to think about the self and the Other in plural stories. This experiences report aims at problematizing the making and sharing processes of the video *Mulheres* (2018), destined for a pedagogical mobilization in higher education classes. It is based on the S-IVAM approach and on Vilaça (2006), and follows the steps of selection, investigation and visions on the problem; development of actions and reflections. Data analysis considers one of the nine narratives that compose the video produced, which is anchored in the category *words and the listening to women*. Results highlight the importance of events of female self-assertion, of the right to live the posted word, which says about the self, of conquering the place of speech as a political act.

**KEYWORDS:** Events. Self-assertion. Right of speaking. Genders.

\* \* \*

## Introdução

Este artigo versa sobre os processos de criação e socialização do vídeo *Mulheres*, destinado a uma mobilização pedagógica envolvendo turmas de Licenciatura em Ciências Biológicas em rede federal de ensino no Rio Grande do Sul. Como centralidade, o relato de experiência ocupa-se de questionamentos acerca de gêneros, tematizando os modos de existir/viver socialmente em tempos de ascensão da diversidade.

O percurso em reflexão compreende o primeiro semestre de 2018, em ação que problematizou o oito de março – *Dia Internacional da Mulher*. O movimento pretendeu situar as memórias, os acontecimentos e os movimentos sociais e históricos

atrelados a essa data, de modo a ultrapassar a celebração festiva que ganha força, principalmente, num cenário de consumo. Uma data que sugere muitas pautas. Um marco que indica novos engajamentos sociais e pedagógicos.

As estratégias iniciais desse percurso levaram em consideração alguns desconfortos narrados pelas mulheres (discentes/docentes/servidoras) em relação ao espaço de falas, frequentemente interrompido por homens. Também, os relatos de intimidações em razão de expressões masculinas a elas dirigidas (cuide o que vais dizer!? Lá vem ela! Sempre com “mimimis<sup>3</sup>”). Acontecimentos com ditos, interditos e silêncios endereçados a elas irromperam na sala de aula, nos corredores, nas filas de espera.

Cotidianos, acontecimentos e gêneros são noções importantes para se compreender o relato de experiência em pauta.

### **Cotidianos escolares em acontecimentos**

Ao se inserir em algum cotidiano, o(a) sujeito(a) percebe que sua existência singular passa a ser interferida pelos enredos construídos em diversas cotidianidades. Cada qual, gradualmente, situa-se num contexto trazendo algumas páginas de vida preenchidas pelo que até então absorveu e, em seguida, apreende que a inserção cotidiana proporciona outras tantas possibilidades. São oportunas, às vezes, adaptações vivenciais entre o que estava posto e o que ainda se almeja intervir, exigindo um certo exercício diário de reconhecimento de si, de aprendizagens com o outro e com as disposições traçadas no tempo e no espaço de pertencas cotidianas.

É oportuno que os(as) sujeitos(as) em liberdade gerenciem sua existência em circulação por mais de um cotidiano. Cada ambiente oferece indicativos para uma convivência plural, de aprendizagens também plurais. Assim se constituem as experiências, o gerenciamento de novos contratos de convivência, de interações recíprocas, elaborando criação, transgressão, apropriação, rupturas e ressignificações de si, do outro, do social. São como campos dinâmicos, de interações compartilhadas.

Há uma exterioridade que opera no ser/fazer humano, bem como há os desejos que nele habitam. Talvez por esses fatores, Certeau, Giard e Mayol (2005, p. 31) propõem

<sup>3</sup> Mesmo sendo razoavelmente popular nas falas e na internet, o termo “mimimi” ainda não dispõe de definições oficiais passíveis de consulta em verbetes, dicionários e enciclopédias da Língua Portuguesa. A expressão “mimimi” relaciona-se com burbúrios e/ou queixas, diante à alguma circunstância polêmica ou de difícil resolução. Geralmente, o uso desse termo é associado às mulheres.

pensar o cotidiano como invenção, convivência, gerenciamento, descoberta da vida diária, “[...] aquilo que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha, nos pressiona, dia após dia,) [...]”. Nesse entendimento, cada sujeito(a) é parte viva dos arranjos sociais cotidianos e, assim, aprende que o ontem, necessariamente, não se repete no hoje, pois o tempo presente recebe interferências de quem a ele se vincula.

Dentre tantos cotidianos há o educativo, o qual abarca idades diversas, perfis de vida distintos que situam algumas histórias. Um espaço em que circula a expectativa dos(as) sujeitos(as) que, somadas com as tradições educativas, operacionalizam o andamento do que ali se ensina, do como se aprende. O cotidiano educativo é constantemente chamado a comunicar-se com os demais espaços, em convivências que produzem sentidos e formam redes.

Aceitando ou não, os diferentes interesses dos(as) sujeitos(as) habitam os cotidianos educativos. Por via de acontecimentos, concretizam, por exemplo, os movimentos denunciativos de certas desigualdades, da permissividade para alguns e da proibição para tantos outros. Acionam, assim, os cotidianos como descontínuos, sem a bipartição do eu e do Outro, buscando, como menciona Bhabha (1998), a “outridade” do outro, que se desvincula de sanções presas ao mesmo valor, ao mesmo sexo, ao mesmo corpo.

Alia-se, geralmente, o corpo no cotidiano educativo com as perspectivas cognitivas e da razão. Para o corpo expressivo, que externa seus desejos, que menciona sobre gêneros e sexualidades, esse mesmo cotidiano referenda, por vezes, um acesso restrito, cerceado por posições que os contenham. Nesses desdobramentos do cotidiano educativo, percebe-se que há carência na potencialização dos afetos e na distribuição das vozes.

Despertar o “*fazer com*” parece requisitar outros modos de construir o “dentro” dos cotidianos educativos, criando pertenças que não são atos vazios, tampouco solitários e sem memórias. As mudanças nas salas de aulas, por exemplo, não desmerecem as cotidianidades outras, antes as convidam para adentrar e ocupar o espaço, percorrer novas travessias, criar outras condições de experiências de si, de gêneros, das sexualidades. Segundo Larrosa (2004, p. 69), “[...] o que há são muitos homens, muitas histórias, muitos modos de racionalidade, muitas línguas e, seguramente, muitos mundos e muitas realidades”. Cada qual merece ser percebido pelo que é, não pelo que queremos que seja *a priori*.

Para Vago (2009, p. 32), os cotidianos educativos, dentre eles o de nível universitário, nos põem diante de “Sujeitos professores, sujeitos estudantes: seres humanos de sonhos, mas também de carências, privações, exclusões. Seres de vida, que assim devem ser cuidados”. E são os(as) sujeitos(as) como seres de vida que ocasionam outro relevante movimento nas cotidianidades: os acontecimentos. Esses, traduzem a singularidade que irrompe, por vezes, em tom agudo, inscrevendo mudanças nos(as) sujeitos(as) e nos modos de habitar o mundo.

Os acontecimentos desacomodam as evidências dos fatos, requisitam sair da perspectiva de naturalização dos comportamentos e das representações, tornando a problematização presença recorrente. Os acontecimentos remetem à percepção da irrupção de algo, fissurando certas rotinas, provocando o inusitado, o inédito. Sobre gêneros e sexualidades, os acontecimentos podem dizer respeito às identidades históricas, sobretudo transitórias e plurais, que reconhecem as diferenças e a ascensão da diversidade.

A força dos acontecimentos e os efeitos deles advindos, exigem pensar que os mesmos não permanecem e nem estagnam em uma única resposta. Nessa dimensão, os acontecimentos aproximam-se do suscitar de algo, implicando refletir sobre como nos posicionamos nos jogos do acontecer, que alianças proporcionam, em nome do quê ou porquê silencia-se diante dos acontecimentos.

Os acontecimentos estabelecem três modos de comunicação. Para Quéré (1995), o primeiro modo diz da comunicação conectiva (se, então), quando alcança a direção de convergências ante a algo, uma ideia, um assunto, um manifesto corporal. O segundo modo de comunicação dos acontecimentos, conforme Quéré (1995), configura caráter disjuntivo (análise baseada no ou), gerando escolhas, requisitando aceite de algo em substituição de alguma outra abordagem ou parte dela.

Como terceira e última forma, Quéré (1995) situa que a comunicação dos acontecimentos abre para as polêmicas, com alternâncias de compreensões e modos de vazões, fomentando as discussões. Acionados por um mobilizador ou por um grupo mobilizador, esse tipo de comunicação dos acontecimentos costuma estarrecer e desacomodar aqueles que o alcançam em percepção. Por vezes, passada a efervescência inicial, torna-se parte de algum cotidiano.

Em relação à apreensão de um acontecimento, tem-se a presença da experiência, a qual remete a compreender aquilo que passa a acontecer. A experiência liga-se ao corpo, a algum contexto de trocas entre sujeitos(as), entre as palavras e as coisas. Para Quéré

(2005, p. 69), um acontecimento “não se produz somente no tempo: dá também o tempo a ver”, e nos acontecimentos, enquanto experiência, ocorrem algumas adaptações, transformações, ações e reações que permitem os sujeitos(as) afetarem-se ou serem afetados por algo.

Os acontecimentos também são suportados por alguém, e dizem de pontos singulares permeados pela sensibilidade. Como explica Quéré (2005, p. 61), “acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. Se ele acontece a alguém, isso quer dizer que é suportado por alguém”. Nessa compreensão de acontecimentos há a presença da descontinuidade como representação de certo escape ao controle, que o sujeito(as), até então, imagine ter de si, de algo, com alguém.

A noção de acontecimentos emerge vinculada a dois sentidos. O primeiro como sentido de novidade, que acontece, possível de problematizar, e o segundo, voltado aos sentidos discursivos. Para Castro (2009), o primeiro quer dar conta da inovação, da peculiaridade; o segundo, da regularidade discursiva das práticas. Percebe-se haver certa relação entre esses dois sentidos de acontecimentos, pois conduzem possibilidades de compreensão sobre como algo acontece, corta e produz pelo plano discursivo.

No sentido dos acontecimentos enquanto novidade, há a passagem de uma episteme a outra, trazendo manifestos, marcas e aberturas a algo; nesse, há a aproximação com a ruptura radical, em que os efeitos dos discursos produzem certos signos e sentidos. Já os acontecimentos em termos discursivos, produzem abertura para o diálogo e destacam a comunicação. É possível afirmar, desde então, que os acontecimentos com sentido discursivo trazem mobilidades aos pensamentos, as discussões.

Alguns dos acontecimentos que ocorrem nos cotidianos educativos representam possibilidades de compreensão do acontecer a cerca de gêneros. Para realizar esse exercício, elege-se a problematização como práxis pedagógica recorrente. Refletir sobre as demandas circulantes, receber o que surge e propor diante do que irrompe, implica pensar sobre as universalidades que circulam, tendo como companhia alguns desassossegos.

Desse modo, a experiência dos acontecimentos como novidade radical, como acontecimentos discursivos e como relação de força, reque acionar, em certa constância, o par pensar/problematizar. Pensar constitui, para Foucault (2000), um dos pontos centrais em seu projeto, quando se refere aos cotidianos educativos. É, primeiramente,

sentir, ver, falar, conhecer; depois o pensamento como processo de subjetivação, cujo pensar dobra as linhas de força sobre si e o outro.

A problematização opera em aproximação aos acontecimentos. Importa reiterar que os acontecimentos são presentes nos cotidianos educativos, inventando, invertendo, trilhando desafios que mexem diretamente com os pilares que constituíram e ainda constituem a educação, justo por serem os acontecimentos os desencadeadores daquilo que se expõe e impõe, gerando, por vezes, outras maneiras de viver/ser.

Os acontecimentos tendem a modificar as rotinas e acionam a sensibilidade de quem por eles deixa-se afetar. Com eles é possível “descobrir algo de si próprio e da sua situação, aprofundar a compreensão de si e do mundo” (QUÉRÉ, 2005, p. 70). Constituir, pois, um pensamento crítico sob forma de uma ontologia de nós mesmos, uma ontologia da atualidade, parece ser uma investida oportuna.

Inevitavelmente, inúmeros acontecimentos ocorrem na vida de todos nós. Quantos percebemos? Quantos negamos? As respostas parecem depender de quem deixa envolver-se pelos acontecimentos, quem deixa afetar-se pelos mesmos, para saber de si, do que é, do que nega, do que ainda irá construir.

### **Palavra e escuta às mulheres**

O feminismo, como movimento teórico e social, trouxe críticas à sociedade patriarcal, problematizando a supremacia da figura masculina. No patriarcado, os homens são considerados superiores, e cabe-lhes dominar as questões de ordem econômica e sexual. Em contrapartida, nesse regime as mulheres são consideradas inferiores e ocupam minimamente o lugar público, o direito de decisão em relação aos seus corpos, à reprodução, à sensualidade.

No patriarcado, o homem é figura falante. A arte da retórica a eles pertence, bem como o domínio na literatura. Rocha (2009) lembra que até o século 19 o campo das letras era ocupado essencialmente pelos homens. Com raras exceções, as mulheres encontravam pontos de fuga, escrevendo alguns manifestos públicos aceitos e outros tantos apenas em seus diários pessoais. Era assim que adquiriam o mínimo lugar de manifesto.

Para Tiburi (2018, p. 38), a lógica patriarcal cria “[...] um mundo de segregação em que os sexos e os gêneros não ajudam uns aos outros com seus saberes”. Nesse contexto do patriarcado, prevalece o desabono do Outro, no caso as mulheres, as quais,

até o século 19, permaneceram (e algumas, talvez, permaneçam no século 21) tendo suas experiências postergadas.

Gênero como um constructo histórico, trouxe a capacidade de problematizar as mutabilidades que compõem o ser homem e ser mulher. Nas contribuições de Scott (1990), gênero carrega um sistema de relações de poder, baseado num conjunto de qualidades, padrões, identidades e comportamentos, que é atribuído às mulheres e aos homens. Em Scott (1990) também encontramos a interação entre homens e mulheres recebendo outras compreensões, desligadas de categorias fixas, compreendidas como variáveis fluídas relacionáveis.

O corpo de cada sujeito(a) recebe marcas. Essas impressões informam a corporificação que adquirimos com o tempo. Butler (2018b, p. 36) menciona que, “[...] No caso do gênero, as inscrições e interpelações primárias vêm com as expectativas e fantasias dos outros que nos afetam, em primeiro momento, de maneiras incontroláveis: trata-se da imposição psicossocial e da inculcação lenta das normas”. Assim, representamos o gênero que nos é atribuído, o recebemos.

Na representação dos gêneros há a possibilidade de conformação com as normas determinadas ou a não conformidade em reproduzi-las. Embora a norma atue sobre os corpos, pode-se decifrá-la de modos diversos, e isso possibilita sair da conformidade ou, ainda, por vezes, surge outro conjunto de convenções culturais que intervêm no campo normativo, constituindo os desvios. Nesses modos representativos, Butler (2018b, p. 39) assevera que gêneros são performativos; “[...] é um certo tipo de representação; [...]”

As práticas masculinizantes ou feminizantes de uma determinada sociedade e tempo, sustentam (ou não) o direito de fala e de escuta. “A performatividade de gênero não caracteriza apenas o que fazemos, mas como o discurso e o poder institucional nos afetam, nos restringindo e nos movendo em relação ao que passamos a chamar de a nossa ‘própria’ ação” (BUTLER, 2018a, p. 71). Deixando-se afetar, e elaborando ações reflexivas acerca de gêneros, alcançou-se, em cotidiano educativo do Ensino Superior, o movimento de criação e socialização do vídeo *Mulheres* (2018), que ora detalharemos.

O percurso envolvendo o vídeo *Mulheres* (2018) encontra apoio na proposta de Vilaça (2006) e na metodologia S-IVAM, composta por cinco passos condutores, a começar pela seleção do tema – *Dia Internacional da Mulher* – seguido do objetivo de problematizar como se têm comemorado o oito de março e quais são os significados aglutinados a essa data no passado e em tempo presente.

O segundo passo metodológico é a investigação. Essa levou a esmiuçar *que tipo de problema estava em pauta*. Encontramos, relacionados ao oito de março, as lutas por reconhecimento de direitos à fala e escuta das mulheres, uma possível busca por equidade de gênero, e o cuidado para as mulheres não serem devoradas pela força do capitalismo, que tende a associar a data apenas à lógica de mercado, reforçando consumo e celebração. Próximo ao mês de março crescem os focos comerciais tematizando as mulheres e sua vaidade, sugerindo presenteá-las com flores, bombons, perfumes, mimos e eletrodomésticos que possam facilitar as demandas do lar, na contrapartida de elas obterem mais tempo para si. Lógicas do mundo do consumo que tendem a desintegrar as raízes políticas de lutas que a data teve em sua origem.

Movidas por esses apontamentos, decidimos lançar o desafio da construção de um vídeo sobre o tema mulheres. Nove sujeitos(as) de diferentes segmentos do cotidiano educativo de uma instituição de ensino federal, no Rio Grande do Sul, foram convidados(as) a compor a proposta, mesclando envolvimento de estudantes e de servidores (docentes, técnicos-administrativos, gestores(as)). Priorizamos, na categoria estudantes, o envolvimento da presidente do Grêmio Estudantil e do Diretório Acadêmico, sob o critério de contemplar a representação discente do diurno e do noturno, já legitimadas por seus pares nesses cargos via processo eleitoral. Para os demais participantes do vídeo *Mulheres*, o convite seguiu com a intenção de equilibrar presença tanto feminina quanto masculina, atuante em diferentes segmentos, respeitando ainda o próprio interesse (ou não) em participar.

Durante o convite para compor o vídeo *Mulheres*, foram deflagrados os objetivos e as orientações que sustentariam a proposição. A cada convite eram situados alguns alertas, tais como: a) a intenção de compor um vídeo tendo como temática central as mulheres, para compartilhar e debater no dia oito de março; b) o transitar pela temática não receberia roteiro fechado; c) o tempo para cada participação previa no mínimo dois minutos; d) os recursos visuais explorados seriam de escolha pessoal; e) algumas sugestões de pautas: a história das lutas femininas, a presença da mulher na docência, a maternidade e/ou o direito de não ter filhos, o aborto, as mulheres na política, o feminicídio, a mulher e a Ciência, a Lei Maria da Penha, questões de gêneros; e f) se houvesse outra proposição, de interesse pessoal, poderia ser usada.

No terceiro passo metodológico da S-IVAM, de Vilaça (2006), denominado *visões*, observou-se o detalhamento do percurso desenvolvido por Gabrielle, uma das nove participações do vídeo *Mulheres*. A estudante tem voz clara e firme e apresenta-se

na tela usando um batom vermelho intenso; tem *piercing* na gengiva e é uma jovem curitibana que, via classificação no Sisu,<sup>4</sup> frequenta o terceiro semestre da Licenciatura em Ciências Biológicas. Ela ocupa ainda o cargo de presidente do Diretório Acadêmico.

Com efeito, Gabrielle marca a si mesma e, sobretudo, os modos como enuncia suas escolhas e narra seu texto no vídeo *Mulheres*. Ela utiliza os recursos tecnológicos com a destreza que é própria de quem se conecta em rede. Gabrielle traz, na composição do material audiovisual, o fator geracional, revelando outras regras históricas para enunciar o tema do debate: as emergências acerca das mulheres. Ela nasceu e cresceu em contato com a internet; é nativa digital, e lida criativamente com a performatividade na tela, com a rapidez dos retornos e das trocas. Vive o fluido e nele se integra.

Os dados e tessituras enunciados por Gabrielle via material audiovisual, desencadearam alguns significativos acontecimentos nos(as) sujeitos(as) envolvidos com o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na instituição de ensino federal. A equidade de gênero em relação ao direito de fala e escuta às mulheres, abordagem feita pela estudante, desacomodou vozes femininas, rompeu certos silêncios, criou murmúrios em aulas e corredores, e modificou rotinas.

Gabrielle escolheu participar do vídeo *Mulheres* (2018) valorizando sua relação pessoal com o tema e, assim, concretizou a ação que alcança o quarto passo metodológico perseguido neste relato de experiência. Constituímos, ainda, a partir da íntegra do discurso de Gabrielle, uma categoria analítica: *Palavras e Escutas às Mulheres*. No material audiovisual gerais a segunda participação é dela, com duração de 3 minutos e 40 segundos. Problematizamos, passo a passo, daqui por diante.

A estudante fez a opção de começar o vídeo com a canção *Falo*, da compositora *Salma Jô*, integrante da banda Goiana *Carne Doce*.<sup>6</sup> O recitar introdutório, entoado por Gabrielle, enuncia um fragmento da canção;

Já tá cansado da minha voz por que  
O tempo todo um timbre feminino é  
Pra maioria algo enjoativo  
Que tal se agora entrasse um homem aqui?

<sup>4</sup> Sistema informatizado de seleção unificada do Ministério da Educação, por meio do qual instituições públicas de Ensino Superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem.

<sup>5</sup> O vídeo *Mulheres* (2018), na íntegra, está disponível em <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm#search/roberto.leal%40iffarroupilha.edu.br/FMfcgxvzMBhDzDFDqPtzlnNqlSHNGzm?projector=1> e o recorte individual, com a participação somente da Gabrielle, foi disponibilizado pela autora em <https://www.youtube.com/watch?v=lsAMGsWwu7M>, sob a denominação de Reflexão sobre a voz da mulher na sociedade, em 21/4/2019.

<sup>6</sup> O álbum foi lançado em agosto de 2017.

Pra gente dar aquela variada.  
Não é um gosto pessoal.  
Às vezes é o que pede o som.  
E eu ainda posso ser a backing vocal.  
(Vídeo *Mulheres*, 2018).

Ao ouvir Gabrielle, logo emergiu uma pergunta: Como estar cansada de sua voz se ela mal começou a falar? Acontece que no vídeo *Mulheres* Gabrielle, sob empréstimo das palavras de *Salma Jô*, encontrou um modo de ser a voz de outras tantas mulheres. Ela pôde ser o timbre em manifesto, a voz das mulheres, que outrora foram silenciadas nos espaços sociais públicos.

Se recuperarmos a história de lutas das mulheres do século 19, por exemplo, alcançamos as mulheres em uma época que raramente podiam se manifestar. Suas vozes eram ouvidas no interior dos lares, em espaços e tempos definidos, seguidas de constantes concessões ao marido e aceites aos mandos masculinos. Mulheres inscritas no mundo da mudez. Para Rago (1995, p. 82),

É ao longo da década de 1980, porém, que emerge o que se poderia considerar uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres. Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista. Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico, e portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida.

Gabrielle recorre à necessidade de, na atualidade, dar valia ao lugar público e reconhecer as posições de falas das mulheres. Com os movimentos feministas, reforçados de modo particular no Brasil, desde a década de 80 em diante, as mulheres buscaram (e ainda buscam) sair da condição de subjugadas, de domínio do outro. Para tal, encontraram nos acontecimentos da autoafirmação a elaboração de atos que inauguraram o movimento que as colocou numa categoria política.

Para Tiburi (2017), “Só se entra na esfera política quando se quebra a blindagem do poder. A consciência disso levou a um ato de contramarcação politicamente produtivo: hoje as mulheres se autoafirmam como categoria política”. Elas entram no cenário político por meio da afirmação, da reivindicação de um direito – para ser mulher, falar de si, ser mais vozes em audiovisuais, como Gabrielle.

O lugar de fala é um ato que pressupõe diálogo que reconhece o outro como sujeito(a) que tem algo a dizer; é um contraponto ao silenciamento das mulheres, um

direito a viver a palavra postada que diz de si mesma. O lugar de fala opera a partir de organizações em grupos, atuando como um lugar político que, para Tiburi (2017), situa “aquele lugar onde o outro está incluído como um sujeito de direitos.” Age como expressão autoafirmativa por grupos que, historicamente, tiveram menos espaço de manifestações (mulheres, negros, homossexuais).

O termo lugar de fala intenciona o fim da mediação: a pessoa que sofre preconceito fala por si, enunciando os seus modos de olhar o mundo e de como pensa intervir nele. Diz das experiências vividas, requisitando que se adote uma postura ética. O espaço de fala questiona o(a) sujeito(a) universal e traz para a cena os(as) vários(as) sujeitos(as), ramificando as vozes.

Nesse intuito, o silenciamento do(a) sujeito(a) recebe ressignificação com as contribuições de Spivak (2010), que trouxe a noção de subalternidade, termo que não se vincula a todo e qualquer sujeito(a) marginalizado(a), mas remete, antes, às vozes que não podem ser ouvidas. Se, todavia, compreendemos que é o discurso que produz a realidade, chegamos à ideia de que é a sua prática que pode fazer enfrentamentos, operacionalizando espaços de voz aos subalternos.

Segundo Chagas (2018),

Toda formação discursiva é um lugar de poder, e não há nenhum lugar de poder onde a dominação, subordinação, solidariedade e filiação baseadas em princípios igualitários, ou as condições de afinidade, convivialidade e sociabilidade sejam produzidas e asseguradas de uma vez por todas. Antes, o poder é constituído performativamente em práticas econômicas, políticas e culturais, e através delas.

Na sequência, Gabrielle problematizou sobre a frase “Enquanto você conta uma piada que era minha, uma ideia que era minha”, pertencente à canção *Falo*. No raciocínio dela, esse enunciado a fez lembrar das mulheres cientistas que fizeram descobertas, mas tiveram seus nomes negados na história, com autorias outorgadas aos homens, e/ou que tiveram seus nomes invisibilizados.

Tiburi (2018, p. 48) reitera que “os homens produziram discursos, apagaram os textos das mulheres e tornaram-se os donos dos saberes e das leis, inclusive sobre elas. Tudo o que sabemos sobre as mulheres primeiro foi contado pelos homens”. Somente depois de certo tempo houve interesse na academia de registrar e reaver os caminhos percorridos pelas mulheres cientistas; assim, foram retomadas algumas divergências, nomeando o mérito às envolvidas.

O ato de escutar, outro ponto nevrálgico na vida das mulheres, relaciona-se a dar atenção ao que ouvimos, absorver, elaborar sentidos, e pressupõe capacidade de tomadas de decisão com mais dados presentes. O escutar é o ato de ouvir aliado ao pensamento e requer uma educação do ouvido. A habilidade de ouvir desperta o efeito cumulativo de escuta, de compreensão, de ficar apto a tomadas de posição. Barenboim (2009, p. 30) explica que “[...] Uma das funções do ouvido é nos ajudar a lembrar e recordar, o que significa não somente que o ouvido tem uma ligação com a memória, mas também que nos obriga a pensar”. Se temos de ser educados à escuta, há de se pensar que também temos de ser educados à não interrupção do outro, a considerar que cada um/uma tem o que dizer.

Nesse ponto, retornamos à composição do vídeo *Mulheres*, quando Gabrielle enuncia:

Quantas vezes você já ouviu ou presenciou mulheres sendo interrompidas por homens em seus discursos? Essa é uma atitude tão comum e problemática que recebeu até um nome; que é, então, a prática sexista onde um homem interrompe constantemente a fala de uma mulher.

Em 2017 foi até lançado um aplicativo chamado *Womaninterrupted* que visa calcular e apresentar em gráficos quantas vezes uma mulher é interrompida por um homem durante sua fala. Infelizmente isso é uma questão cultural no mundo todo e, muitas vezes, acontece de forma inconsciente porque nós temos um passado histórico onde a figura feminina foi dada como calada e submissa (VÍDEO *MULHERES*, 2018).

Gabrielle explica que, até elaborar seu texto para a narrativa audiovisual, não sabia da existência de um aplicativo que calcula e demonstra em gráficos as interrupções masculinas sofridas por mulheres durante suas falas, e que pesquisou sobre seu funcionamento e efetividade. Como ela própria descreveu, “*é uma questão cultural no mundo todo*”, que irrompe o tempo. Apesar das conquistas obtidas em várias lutas femininas, ainda somos frequentemente interrompidas quando falamos.

*Maninterrupting* é um termo que surgiu em 2015, fazendo junção das palavras inglesas *man* (homem) e *interrupting* (interrupção). Indica, em tradução livre, a ideia de homens que interrompem uma mulher. Em geral, diz respeito a interrupções feitas por homens em situações sociais ou de trabalho, para dar a mesma opinião das mulheres, ou simplesmente porque não consideram a opinião feminina relevante para uma conversa, o mesmo ocorrendo em debates políticos entre homens e mulheres, como ataques sexistas aos olhos públicos.

Esses, como outros acontecimentos, talvez são percebidos por algumas mulheres, mas, provavelmente, admitidos por poucos homens. Um aplicativo seria criado se esse exemplo não acontecesse na realidade? Provavelmente não, pois ficaria sem utilidade. Parece-nos que hoje tem a função de ser um aplicativo de alerta, de colocar em debate a vez e a voz a quem quiser usufruir desse direito.

O texto de Gabrielle prossegue, então, trazendo:

Acontece que se a mulher não tem espaço de fala em uma simples discussão, como ela terá coragem de denunciar agressões ou sair de um relacionamento abusivo, por exemplo? É verdade sim que nas últimas décadas nós temos muito mais mulheres no campo das ciências, da pesquisa, da política, mas o que adianta essas mulheres serem incluídas, mas não serem ouvidas? (VÍDEO *MULHERES*, 2018).

O enunciado de Gabrielle aproxima-se, por exemplo, das mulheres que vivem relacionamentos abusivos no lar, carregados de atos de violência verbal ou física. Quantas delas permanecem no sofrimento por não saberem a quem recorrer e por desconhecerem leis que as amparem? Apesar da grande divulgação da Lei 11.340/67 (BRASIL, 2006), ainda existem casos reais de abuso às mulheres que não compõem as estatísticas, que não são denunciados oficialmente. A Lei, que ficou conhecida como Maria da Penha, criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Não obstante sua ampla divulgação, ainda existem casos reais de abuso às mulheres que não compõem as estatísticas, que não são denunciados oficialmente.

Compreendemos que para as mulheres falarem e/ou denunciarem a violência física, psíquica, sexual, dano moral e/ou patrimonial, é relevante que sejam conhecedoras de seus direitos e, mais que isso, tenham consciência de seu lugar social, com acesso à promoção de campanhas educativas nesse tema. A proteção e os direitos humanos devem ser difundidos a elas e por elas. Também remetendo foco a eles e por eles, evitando que o sentimento de posse masculina se instale para com suas companheiras, namoradas, familiares.

Segue o manifesto de Gabrielle no vídeo *Mulheres*:

Você pode achar que tudo isso que eu estou falando aqui é “mimimi”, é coisa de feminista. Mas agora pensa aqui comigo e seja sincero... Quantas vezes você já ouviu que “ah, a voz daquela mulher é tão chata!” E quantas vezes você ouviu o mesmo comentário a respeito de um homem? (VÍDEO *MULHERES*, 2018).

<sup>7</sup> Assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006, proporciona os amparos legais para encorajar as mulheres a se fazerem ver em suas histórias de vida, com deveres sociais e, também, direitos que as colocam no lugar de cidadãs (BRASIL, 2006).

O que seria o “mimimi”? Talvez para algumas pessoas soe como queixa, mania de mulheres, falar demais, insistir no assunto. A própria expressão “mimimi” faz-se recorrente para retratar, geralmente, as mulheres e não os homens, para dizer do universo feminino em alargamentos diversos: roupas, cabelos, choro, voz, delicadezas, maquiagens, adereços, assuntos.

Parece, então, que a mulher vive o mesmo, com nova roupagem, em outro tempo; o mesmo no que diz respeito ao silêncio e/ou ao direito de pertença feminina e nova roupagem para o que ela pode falar. Como se tivesse um disparador de tempo e/ou de direitos, e, quando ultrapassar esse patamar, já vira “mimimi”.

A expressão “mimimi” cola-se a alguns estereótipos, ao consumo de ideias sem questionamento, que querem deixar as mulheres em posição de ausência, sem desejo, sem anseios. Ainda o “mimimi” se liga à conotação de queixa que, quando entoada, liga-se à representação de choro, de ladainha ou lamúria. Inserir no contexto diário uma expressão como essa, parece ter certa facilidade, dado que nas pequenas cenas o machismo entra sorrateiro na cabeça de filhos/filhas, mulheres/meninas e, também, dos homens. Discursos que “colam”, pequenos e diretos, mas ditos sem reflexão.

Gabrielle enuncia: “eu sou feminista, não nego isso. Não quero, porém, que me entendam como exagerada, postura desnecessária em se tratando do alcance que o vídeo *Mulheres* intenciona”. Esse temor de Gabrielle encontra certas explicações em Tiburi (2018, p. 37): “Não há nada mais absurdo para o patriarcado do que o direito ao corpo”; e segue nos esclarecendo que “O feminismo nos ensina a lutar por isso. A lutar por um mundo em que os corpos e, com eles, a dignidade das pessoas, possam ser resgatados”. Se o patriarcado não entende o respeito ao outro, Gabrielle o quer e luta pelas mudanças.

Precedidas pela declaração “Eu sou feminista”, feita por Gabrielle, optamos, a seguir, em discorrer sobre o movimento feminista e suas localizações temporais denominadas de ondas. A primeira emerge no Brasil no século 19, momento em que as mulheres lutavam por garantias de igualdade entre os sexos, reivindicando o direito ao voto, ao divórcio, à educação (SIQUEIRA, 2015). Seguiu no século 20, incluindo lutas pela igualdade de gêneros nos acessos do mercado de trabalho, para que o labor feito pelas mulheres fosse valorizado e houvesse direito à participação nas decisões políticas.

Influenciadas por ideias anarquistas e socialistas trazidas pelos trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos, as mulheres brasileiras de classe alta e média

organizaram-se no desencadeamento do movimento Sufragista,<sup>8</sup> batalha pelo direito ao voto das mulheres. Para Siqueira (2015, p. 330),

[...] o movimento feminista de primeira onda se caracterizou pelo ataque às diferenças discriminatórias e insustentáveis entre homens e mulheres; se aqueles podem trabalhar e participar da condução da vida política da comunidade, não há razão para que essas também não possam fazê-lo. [...]

A primeira onda feminista teve como retórica predominante o universalismo, em que se defendia que homens e mulheres deveriam ter oportunidades iguais. No caso da segunda onda feminista na América Latina, esta nasceu em meados de 1970, “em meio ao autoritarismo e à repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias” (TIMOTEO, 2013, p. 95). Deteve-se ao que seria específico da mulher, priorizando questões relacionadas ao corpo, ao prazer, aos direitos reprodutivos e contra o patriarcado. Segundo Siqueira (2015, p. 336), “Um dos lemas principais das feministas desse período consistia na frase: o privado é político. Falava-se em democracia política, em relação de classes, mas o que acontecia no âmbito das casas e das famílias permanecia intocável na esfera pública, [...]” e as mulheres batalhavam por mudar esses enfoques.

Na segunda onda feminista discutia-se a liberdade sexual, o direito de ser mãe (ou não) de acordo com a vontade da mulher, reprodução sem coerção e a não violência doméstica. Outro aspecto em pauta envolvia problematizar os concursos de beleza, questionando as exigências para com a aparência, pensando ser esse um foco que apenas objetificava as mulheres, desconsiderando, minimamente, que elas pensavam.

Atividades coletivas eram vastamente estimuladas na segunda onda feminista e carregavam o mote de que a “irmandade entre as mulheres é poderosa”. Nessa, as mulheres questionavam a origem da condição feminina – os motivos das opressões – e as bases das restrições estarem ligadas ao sexo. Discutiam, ainda, o estupro, a violência contra a mulher, a pornografia e as jornadas duplas e/ou triplas das mulheres.

Com a segunda onda feminista no Ocidente, reforçou-se o feminismo identitário, entrando em voga pautas como classe, raça, etnia, sexualidade. O início da terceira onda foi no ano de 1990, e nessa foi buscado alcançar a igualdade entre os homens e as

<sup>8</sup> Movimento social e político que atingiu sua conquista no Brasil no ano de 1932.

mulheres, em tentativas de coibir discriminações, colocando a sexualidade como ponto de discussão. Para Siqueira (2015, p. 337),

Trata-se de reivindicar a diferença dentro da diferença. As mulheres não são iguais aos homens, na esteira das ideias do feminismo de segunda onda, mas elas tampouco são todas iguais entre si, pois sofrem as consequências da diferença de outros elementos, tais como raça, classe, localidade ou religião.

A terceira onda feminista ligou-se à evolução das tecnologias, permitida pela propagação de acesso à internet. Foi, também, tempo de demarcar os movimentos *punks* femininos que defendiam a ideia do “faça você mesma”, seguida das discussões acerca da interseccionalidade. Com esse último pano de fundo, os movimentos feministas continuaram problematizando pautas já iniciadas na segunda onda, que instigavam evitar a universalização do conceito de mulher, por compreender que elas possuem identidades variadas que envolvem pensar, igualmente, em raça, etnia, classe e sexualidade.

O momento da terceira onda decorre da investida em superar o essencialismo que consistia na afirmação da diferença. Sendo assim, “[...] desconstruíram a mulher, atribuindo-lhe o caráter de ficção e indeterminação” (MARTINS, 2015, p. 237), não havendo significados fixos para as pautas e os signos. Foi o momento de negar as ideias de vitimização das mulheres e de assumir que os estereótipos teriam de ser por elas apropriados.

Foi assim que situaram os sutiãs, os batons e os saltos altos como apropriações que diziam de si, da liberdade de escolha que as mulheres seguiram enfrentando os termos misóginos e pejorativos, por exemplo vadia, dando-lhe outra conotação. Ainda, houve destaque para a teoria queer e as discussões de transversalismo, sendo esse último uma possibilidade de enfrentar problemas de nacionalidade, de idade e religião, somadas as pautas de sexualidade, raça, etnia e classe, que já eram focadas anteriormente.

Nas duas primeiras ondas feministas houveram conquistas, tais como: direito de sufrágio, igualdade civil entre homens e mulheres, direito à licença-maternidade, combate ao assédio no local de trabalho e coibição da violência doméstica com a Lei Maria da Penha. Ainda se conseguiu debater sobre a legalização do aborto não modificando as leis, mas instituindo proteção em caso de risco à vida da mãe e em caso de haver o estupro. Por fim, houve a promulgação da lei 13.104/15<sup>9</sup> (BRASIL, 2015), que configura o crime de feminicídio, a qual colocou a morte de mulheres no rol de crimes hediondos e diminuiu

<sup>9</sup> Refere-se ao feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio (BRASIL, 2015).

a tolerância nesses casos. Para a terceira onda feminista, ainda muito recente, não se tem ainda respostas por meio de legislações.

Ocorre, apesar de não haver coesão, o apontar da quarta onda feminista. A cultura do estupro, representação da mulher na mídia e abusos em ambientes de trabalho, são as principais pautas percorridas pelo mote da igualdade e da liberdade. A expressão feminista não é aceita com unanimidade para esse momento de reivindicações; muitas mulheres entendem que a mídia se apropriou dessa expressão e que elas não precisam de rótulo.

A quarta onda vê-se mediante as redes sociais e as assembleias que se reúnem nas ruas, praças e/ou em outros locais públicos. Para Butler (2018b, p. 31), “[...] é o exercício – que se pode chamar de performativo – do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais vivíveis”. A autora chama de corpos em assembleia que, “mesmo quando não estão falando ou não apresentam um conjunto de reivindicações negociáveis, o apelo por justiça está sendo representado: os corpos em assembleia ‘dizem’: ‘nós não somos descartáveis’, [...]” (p. 32). É o direito ao manifesto e a presença como reivindicação pouco a pouco sendo otimizados.

Percebemos que as várias ondas do feminismo trouxeram, entre outros aspectos, compreensões esmiuçadas a respeito do patriarcado. Tiburi (2018, p. 71) refere-se ao feminismo como eminentemente potencial, “[...] um operador ético-político, analítico, crítico e desconstrutivo e serve como lente de aumento que põe foco sobre as relações humanas e sobre os aspectos ocultados nessas relações. [...] um corte crítico em relação ao *continuum* histórico do patriarcado”. O feminismo guia e/ou alerta para a busca dos direitos de ser quem se é.

## Conclusão

O percurso reitera que o oito de março é mais do que uma data posta em calendário; ela é objeto de estudos em cotidianos educativos. Faz-se oportuna a continuidade de lutas femininas, a percepção de que outras pautas existem e que antigas questões, por vezes, retornam não como meras lembranças, mas como campo de lutas. Em se tratando de comparações internacionais, o Brasil é o país que evidencia mais desvantagens às mulheres, tanto na política, nos proventos recebidos e nas funções exercidas no trabalho, nas dificuldades para se chegar a cargos de chefias e na manutenção do acesso aos bancos escolares.

O oito de março tem potencial para ser debatido em outros dias do ano. O contexto histórico conchama pela busca da desconstrução diária, e indica que os acontecimentos sejam mais observados e, sobretudo, percebidos, interpretados. Espera-se que, por meio dos acontecimentos dos cotidianos educativos, se possa compreender campos de abertura para as possibilidades e para que as transgressões, *re-colhendo* o já pensado e verificando outras condições de operacionalidade para o até então não pensado.

Devemos exercitar o *ethos* filosófico – uma reflexão sobre os limites – que nos faz ser o que somos sem impedir que pensemos e atuemos de outras maneiras, valorizando as experiências, dar vez e voz às falas de mulheres e desencadear compreensões de que os homens podem fazer parte desses debates, vivendo a alteridade e exercitando reflexões sobre gêneros; acolher o diverso, afetar-se com as causas como suas, como minhas, como nossas.

Perceber os cotidianos educativos como espaço de interação, lugar habitado que afeta e cria afetos. Permitir criar, como fez Gabrielle, ao aceitar compor o vídeo *Mulheres*, trazendo ideias, medos, pesquisas, leis, fatos. Usufruir do direito de fala, como lugar político ocupado pelas mulheres. As estudantes, como Gabrielle, estão conseguindo falar e, mais do que sobreviver, estão querendo existir na docência, nas ruas, nos coletivos, no lar, enfim, no mundo.

## Referências

BARENBOIM, Daniel. **A música desperta o tempo**. Tradução Eni Rodrigues e Irene Aron. São Paulo: Martins, 2009.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRASIL. **Lei 13.104 de 9 de março de 2015**. Femicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/62399/femicidio-lei-n-13-104-de-9-de-marco-de-2015>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. **Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 10 mar. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

**CARNE Doce (Full Album)**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3EiGbyrWarE>. Acesso em: 12 mar. 2018.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano, morar e cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHAGAS, Juary. O “lugar de fala” nos movimentos: pressupostos teóricos pós-modernos, materialização prática fragmentária. **Blog. Esquerda, on-line**, jul. 2018. Disponível em: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=8439>. Acesso em: 30 nov. 2018.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O sujeito “nas ondas” do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, vol. 4, n. 1, jan./abr. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/lisia/Downloads/443-1633-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019.

QUÉRÉ, L. **From na epistemological model of communication to a praxeological approach**. *Réseaux*. Paris: Tekhné, v. 3, p. 111-133, 1995.

\_\_\_\_\_. **Entre facto e sentido**: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, nº 5, pp. 59-75, 2005.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. *In*: SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1995. p. 81-91.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes**: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In*: **Mulher e Realidade: Mulher e Educação**, Porto Alegre: Vozes, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. **As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro**. Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito. Org. CONPEDI; UFMG; FUMEC; Dom Helder Câmara. Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 328-354. Disponível em:

<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum:** para todas, todes e todos. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

\_\_\_\_\_. **Lugar e fala e lugar de dor.** Revista Cult, de 29 de março de 2017.

Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/lugar-de-fala-e-etico-politica-da-luta/>  
Acesso 20/12/ 2018.

TIMOTEO, Carolina Quieroti. As transformações do movimento feminista no Brasil e sua relação com a América Latina. SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5. **Anais** [...]. 10 a 13/09/2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/68783964-As-transformacoes-do-movimento-feminista-no-brasil-e-sua-relacao-com-a-america-latina.html>. Acesso em: 28 jul. 2019.

TIMOTEO, Carolina Quieroti. Lugar e fala e lugar de dor. **Revista Cult**, 29 mar. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lugar-de-fala-e-etico-politica-da-luta/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a Educação Física na escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. **Cadernos de Formação RBCE**, Campinas: CBCE; Autores Associados, v. 1, n. 1, p. 25- 42, 2009.

**VÍDEO MULHERES**, 2018. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm#search/roberto.leal%40iffarroupilha.edu.br/FMfcgxvzMBhDzDFDqPtztlNqLSHNGzm?projector=1>. Acesso em: 21 maio 2019.

VILAÇA, Maria Teresa. **Acção e competência de acção em educação sexual:** uma investigação com professores e alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário. 2006. Tese (Doutoramento) – Universidade do Minho, Braga, 2006. (Não publicada).

Recebido em: maio de 2019.

Aprovado em: julho de 2019.